

IDEAU

O COLÉGIO NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO FEMININA NO OESTE DE MINAS GERAIS (1905-1907)**OUR LADY OF OLIVEIRA SCHOOL AND FEMALE EDUCATION IN THE WEST OF MINAS GERAIS (1905-1907)****COLÉGIO NOS SENHORA DE OLIVEIRA Y LA EDUCACIÓN FEMENINA EN EL OESTE DE MINAS GERAIS (1905-1907)****Ana Paula Antunes Augusto**

Graduada em Pedagogia, Universidade do Estado de Minas Gerais, Oliveira, Minas Gerais, Brasil. E-mail: aantunespaula@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2537-9901>

Luan Manoel Thomé

Mestre em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Cláudio, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: luan.thome@uemg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5101-0944>

RESUMO

Esta pesquisa objetiva investigar as práticas do Colégio Nossa Senhora de Oliveira noticiadas pelo Jornal Gazeta de Minas. O recorte temporal escolhido refere-se a 1905, ano em que a instituição foi equiparada pelo governo do estado à Escola Normal, e 1907, sendo o ano consequente à reforma João Pinheiro, que alterou a educação em Minas Gerais. Com o amparo da História Cultural, pretende-se visibilizar essa instituição tão importante em Oliveira (MG) no início do século XX. A partir das colaborações de teóricos como Arruda (2012), Fonseca (1961), Moreno e Vago (2015), utilizou-se a pesquisa documental, na qual foram analisadas as edições publicadas do impresso. O conteúdo das notícias identificadas relaciona-se à divulgação do educandário: as festas cívicas e os exames realizados; o currículo proposto; o corpo docente; e as categorias de discentes, divididas em pensionistas, meio pensionistas e externas. De iniciativa privada, o Colégio foi fundado para atuar diretamente na educação feminina por meio de dois cursos, o colegial e o normal. Essa instituição, que foi dirigida pela professora Manuelita Costa Chagas, destacou-se na sub-região do Oeste de Minas e colaborou diretamente na formação do professorado.

Palavras-chave: Oliveira-MG. Colégio Nossa Senhora de Oliveira. Educação Feminina. Gazeta de Minas.

Submitted on: 11.28.2024 | Accepted on: 11.29.2024 | Published on: 12.26.2024

ABSTRACT

This research aims to investigate the practices of Colégio Nossa Senhora de Oliveira reported by the Gazeta de Minas newspaper. The time frame chosen refers to 1905, the year in which the institution was equated by the state government to the Escola Normal, and 1907, the year following the João Pinheiro reform, which changed education in Minas Gerais. With the support of Cultural History, the aim is to make this institution, which was so important in Oliveira (MG) at the beginning of the 20th century, visible. Based on the contributions of theorists such as Arruda (2012), Fonseca (1961), Moreno and Vago (2015), documentary research was used, in which the published editions of the newspaper were analyzed. The content of the news identified is related to the promotion of the school: civic festivities and exams held; the proposed curriculum; the teaching staff; and the categories of students, divided into boarders, half-boarders and day students. A private initiative, the school was founded to directly act in female education through two courses, high school and normal. This institution, which was directed by professor Manuelita Costa Chagas, stood out in the sub-region of Western Minas Gerais and directly collaborated in the training of teachers.

Keywords: Oliveira-MG. Our Lady of Oliveira College. Women's Education. Minas Gazette.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar las prácticas del Colégio Nossa Senhora de Oliveira reportadas por el Jornal Gazeta de Minas. El marco temporal elegido se refiere a 1905, año en que la institución fue equiparada por el gobierno estatal a la Escuela Normal, y a 1907, año siguiente de la reforma de João Pinheiro, que cambió la educación en Minas Gerais. Con el apoyo de Historia Cultural, el objetivo es visibilizar esta institución tan importante en Oliveira (MG) a principios del siglo XX. A partir de las colaboraciones de teóricos como Arruda (2012), Fonseca (1961), Moreno y Vago (2015), se utilizó la investigación documental, en la que se analizaron las ediciones publicadas de los impresos. El contenido de las noticias identificadas se relaciona con la difusión de la educación: festividades cívicas y exámenes realizados; el plan de estudios propuesto; el personal docente; y las categorías de estudiantes, divididas en internos, media pensión y externos. De iniciativa privada, el Colegio fue fundado para trabajar directamente en la educación femenina a través de dos cursos, bachillerato y normal. Esta institución, que fue dirigida por la profesora Manuelita Costa Chagas, se destacó en la subregión Minas Occidental y colaboró directamente en la formación de docentes.

Palabras clave: Oliveira-MG. Colegio Nuestra Señora de Oliveira. Educación de la Mujer. Gaceta de Minas.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da República no Brasil, os governantes difundiram reformas educacionais, com o intuito de (re)organizar o ensino primário e normal. Essa estratégia foi uma frente no combate a todos os aspectos que remetessem ao Império – família real, escravidão, relação com o clero –. A partir de um golpe, os militares instauraram um novo sistema de governo no país.

A partir dos pressupostos da História Cultural, essa pesquisa debruça-se sobre o Colégio Nossa Senhora de Oliveira, que atuou diretamente na educação feminina no Oeste¹ de Minas Gerais. Investigamos as notícias publicadas no jornal *Gazeta de Minas*, importante impresso que circulou à época, que nos permitiram conhecer as práticas desenvolvidas pelo educandário. O recorte temporal refere-se ao ano em que a instituição foi equiparada pelo governo do estado à Escola Normal e 1907, um ano após a reforma João Pinheiro, que alterou a educação em Minas Gerais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A REPÚBLICA: UMA NOVA FORMA DE GOVERNAR O BRASIL.

Com o passar do tempo, o governo imperial foi passando por um momento de decadência no Brasil. Araújo e Ribeiro (2009) destacam que os monarcas descuidaram ao não atender às demandas do exército, esse fato colaborou para o golpe instaurado pelos militares em 15 de novembro de 1889. Os adeptos ao republicanismo reivindicaram a participação da classe média nos debates políticos e a ausência de apoio do governo imperial com a população camponesa.

Neste contexto de efervescência, Gonçalves (2012) salienta que no campo político, as disputas de poderes tornaram-se cada vez mais intensas: os militares instauraram um governo provisório e defenderam, mesmo que *a priori*, a separação entre Igreja e o Estado. A autora ainda destaca que foram criados

¹ Essa classificação geográfica é de acordo com Wirth (1982).

os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e, a escolha dos governantes deu-se a partir do voto direto, excluindo as pessoas não alfabetizadas, mendigos e praças militares, ou seja, a maior parte da população.

Os republicanos introjetaram na população a ideia de modernidade, repercutindo novos ideais como a liberdade, o progresso, a democracia e a ciência. Para Mello (2009), a lentidão e as ínfimas medidas tomadas pelo imperador, fez com que aumentasse o repúdio à monarquia.

No campo econômico, o Brasil se mantinha essencialmente agrícola. Com a queda na produção açucareira, o plantio do café foi incorporado, o que possibilitou o fortalecimento das relações comerciais. Além disso, os republicanos incentivaram o êxodo rural, aspecto que fortaleceu a formação dos núcleos urbanos e a expansão das atividades agrícolas que utilizaram a mão-de-obra dos imigrantes (Marra; Guilherme, 2021).

Para Magalhães (2015, p. 02), “a maioria das províncias se encontravam no início da República, em uma situação econômica desfavorável [...]”. Diante disso, o processo de urbanização baseou-se na economia agrário-exportadora, que se fez à imagem da República. Em todos os estados formaram-se as oligarquias, que desfrutavam de grande autonomia e fomentavam a organização de partidos nacionais, cujo interesse era de liderar o cenário político e manter-se no poder local/regional.

Neste incentivo ao urbano,urgia aos cidadãos incorporarem o discurso do novo regime e colaborar para o desenvolvimento da nação. Conforme Trindade e Menezes (2009), a partir do ideário iluminista, os republicanos fundaram um número significativo de instituições de ensino, preocupando-se com as práticas civilizatórias. No período em questão, observamos dois movimentos importantes, conforme o pesquisador Jorge Nagle: o primeiro, denominado “entusiasmo pela educação”, objetivou a abertura quantitativo de escolas; já “o otimismo pedagógico” - organizou-se no sentido de aperfeiçoar os métodos e conteúdos de ensino (Ghiraldelli Jr., 2019).

As discussões em torno de um ensino mais efetivo, principalmente para a classe média, começaram a ser estimuladas durante esse período e se estendeu para as províncias. Para Cury e Gomes (2013), nessa época os políticos

confluíram sobre a educação, com a intenção de formar a nação e torná-la mais civilizada – aspecto importante para o progresso –. Essa perspectiva incidiu-se na formação do professorado, como veremos a seguir.

2.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS EM MINAS GERAIS.

Na recém implantada República, a escola assumiu uma função social importante. Para que essa instituição pudesse colaborar na inserção do país na modernidade, era preciso (re)pensar a formação do professorado, que ocorria nas Escolas Normais ou nos colégios equiparados. Em Minas Gerais, essas instituições foram implantadas ao longo do século XIX, em locais que apresentavam demanda e influência política. Para Accácio (2006), esses educandários passaram a serem (re)conhecidos e implantados no país, uma vez que profissionalizavam os sujeitos que atuariam no magistério.

Com o passar dos anos, o ensino normal foi sofrendo modificações, seus métodos e programas de ensino foram se sofisticando até que, já nas décadas finais do século XIX, conseguiu se firmar como um curso qualificado, capaz de formar bons professores e professoras. Nesse período, Minas Gerais contava oito desses estabelecimentos – número significativo para a época se comparado às demais províncias. Além de Ouro Preto (capital na época), também Campanha (1873), Diamantina (1879), Paracatu (1889), Montes Claros (1880), Sabará (1882), Uberaba (1881), Juiz de Fora (1887) e São João del-Rei (1884) foram algumas das cidades mineiras a possuir uma Escola Normal em funcionamento no século XIX (Moreno; Vago, 2015, p. 17).

Neste contexto, Arruda (2012) comenta um aspecto importante sobre o magistério, a substituição considerável de professores homens por mulheres. A presença feminina legitimou o modelo para a escola primária, a partir do estímulo das políticas públicas. O curso normal estruturou-se a partir do incentivo ao cuidado da infância, o desenvolvimento do espírito nacional e a educação para um mundo do trabalho. Antes restrita ao lar, as mulheres encontraram no magistério a possibilidade de conciliar o ofício com as demandas domésticas.

Por ser uma instituição educativa, a Escola Normal sofreu os impactos das demandas sociais vigentes. Em 19 de junho de 1883 foi promulgado o Regulamento nº 100 que determinou a organização do curso normal (público e

privado) em todo o estado de Minas Gerais. Já na República, em 1890 outro decreto foi cancelado o de nº 260, aumentou a duração do curso para quatro anos e redistribuiu as disciplinas (Moreno; Vago, 2015).

Em Minas Gerais, as Escolas Normais equiparadas ou Institutos Normais foram fundados a partir de 1900, em sua maioria pertenciam à iniciativa privada. Esses educandários adotaram a organização do ensino como preconizava o governo mineiro – regras de funcionamento, exames, disciplinas ofertadas – (Moreno; Vago, 2015). Entretanto, no final do século XIX e início do XX percebemos um declínio da Escola Normal, isso se deu devido aos escassos recursos financeiros enviado pelo governo estadual e a ausência de profissionais habilitados para atuarem nessas instituições.

Em 1900, aproximadamente 80% dos brasileiros não eram alfabetizados, esse cenário indica a exclusão escolar de maior parte da população e o atendimento de qualidade dado à elite (Oliveira, 2012). Além disso, outros fatores também acarretavam essa problemática, pois:

[...] não havia unidades escolares suficientes – e as que existiam funcionavam precariamente -, o problema não era menor no quesito da formação de professores, então despreparados para sanar uma questão de tal proporção. É provável que tais condições resultassem, também, da falta de ação do poder público: federal – que não dispunha de recursos financeiros, por isso legava aos estados o trabalho de educar o povo; estadual – que, também carente de recursos orçamentários, atribuí tal tarefa aos municípios; e municipal – que, replicando as mazelas dos anteriores, repassava o ônus à comunidade escolar (Oliveira, 2012, p. 28).

Para Arruda (2012), a Escola Normal foi reforçada nos discursos como uma instituição que pretendia tornar-se um espaço imprescindível para a sociedade. Esse educandário teve que seguir critérios etários, níveis de conhecimento, padronização do tempo e do trabalho dos professores. A partir disso, evidencia-se o investimento nos níveis de formação dos professores, os quais seriam os co-responsáveis por aplicar o projeto educativo republicano.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo realizamos as seguintes etapas: 1) Pesquisa bibliográfica sobre a Primeira República no Brasil – a questão educacional do período, com ênfase para a formação de professoras em Minas Gerais; 2) Pesquisa documental: acessamos todos os números do jornal *Gazeta de Minas*, publicados de julho de 1905 a dezembro de 1907 que abordam sobre o Colégio Nossa Senhora de Oliveira. O corpus documental foi composto por 39 notícias, todo o material encontra-se digitalizado, e está em domínio público no site do jornal. Os materiais foram analisados à luz dos referências teóricos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A ESCOLARIZAÇÃO EM OLIVEIRA-MG

Nosso recorte geográfico é o município de Oliveira, localizado no estado de Minas Gerais. No livro *História de Oliveira*, o autor Luís Gonzaga da Fonseca (1961) fornece dados importantes sobre a localidade. Segundo ele, em meados do século XIX, a cidade possuía um número limitado de escolas públicas. A partir de 1855, esse cenário começa a ser alterado: a elite local começa a preocupar-se com a instrução dos munícipes.

No início do século XX, a educação das meninas foi contemplada com a fundação do Colégio Normal Nossa Senhora de Oliveira. O prédio onde funcionou esse colégio abrigou o Instituto São Luís no período de 1864 a 1888, propriedade do tenente Luís da Cunha Pinto Coelho. Após isso, em 1887, funcionou o Colégio Nossa Senhora da Piedade, administrado pela diretora Laura das Chagas Andrade, que ensinava “[...] piano, música, dança, geografia, português e francês, tendo anexo um curso primário e cobrando de cada interna 80\$ por trimestre [...]” (Fonseca, 1961, p. 293).

Almeida e Ribeiro (2013) destacam que, em 1881, foi fundado o Colégio Conceição, dirigido por Elisa Augusta de Moura Costa, entretanto sua atividade foi breve. Em 1900, a professora Manuelita Costa Chagas adquiriu o prédio e

fundou o Colégio Nossa Senhora de Oliveira, com a proposta de ministrar os cursos primário, ginásial e normal.

Conhecida como “Tia Lilita”, Manuelita Costa Chagas nasceu em 1861, filha do capitão Antônio da Costa Pereira e Francisca de Paula Chagas. Manuelita concluiu o curso normal em São João Del-Rei (MG), iniciou sua atuação em 1890, como professora de música e piano no Colégio Conceição. Casou-se com Evaristo Chagas. Em 1900, adquiriu o Colégio Nossa Senhora de Oliveira. Manuelita atuou no magistério por 40 anos (Fonseca, 1961).

4.2 O COLÉGIO NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO FEMININA:

Com a política republicana de incentivo à escolarização, o Colégio Nossa Senhora de Oliveira, de iniciativa privada, objetivou sua equiparação. Conforme o jornal *Gazeta de Minas*², na edição de 23 de julho de 1905, isso foi possível devido ao empenho do senador Francisco Coelho de Moura e do tenente-coronel Irineu Ribeiro da Silva, que realizaram conferências particulares com o presidente do estado, Francisco Antônio de Salles. Estes expuseram ao governante os inúmeros benefícios que a equiparação traria para a região Oeste de Minas:

[...] fizeram-lhe sentir quantos benefícios este colégio tem prestado à mocidade, principalmente ao sexo feminino, sendo às centenas as crianças que ali têm recebido, com carinho verdadeiramente maternal, educação, faltando-lhe para coroar a obra da instrução da mulher um diploma que um dia sirva para esta por sua vez prestar os mesmos serviços à causa redemptora do ensino, base de um povo bem constituído e destinado a um futuro brilhante (Gazeta de Minas, 23/07/1905, p. 1).

Os redatores acreditaram piamente no poder transformador da educação. O Colégio colaboraria para a educação de um público excluído historicamente das instituições de ensino. A notícia expressa elementos que estavam em voga – o aspecto materno relacionado ao magistério e a formação normalista, como ferramenta para as mulheres serem agentes da (re)construção do país.

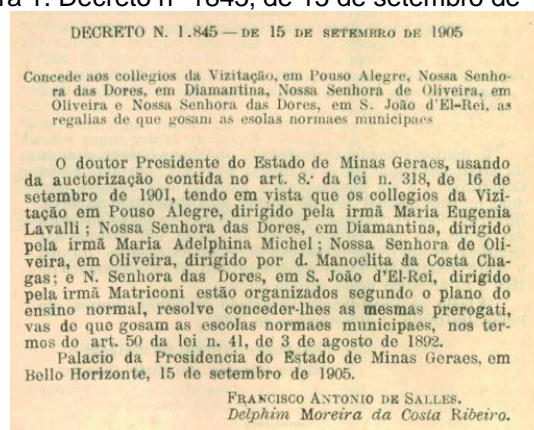
² Na transcrição das notícias, mantivemos a grafia usada na época.

Diante do retorno positivo do presidente Francisco Antônio de Salles, o senador Coelho de Moura em um gesto de agradecimento, reafirmou o compromisso do município e da região com o governo do estado e que os oliveirenses “[...] estariam sempre a seu lado, quer nos momentos de alegria, quer nos de lutas, sejam elas quais forem” (Gazeta de Minas, 23/07/1905, p. 1). Essa ação do senador demonstra que os eleitores da localidade concordavam com a gestão do presidente Antônio Salles.

Com a equiparação do collegio de N. S. de Oliveira a escola normal muito aproveitará esta zona que vae possuir enfim um estabelecimento onde a criança entra analfabeta e donde sae educada, instruída e com um diploma que lhe garanta o futuro (Gazeta de Minas, 23/07/1905, p. 1).

A partir da colaboração dos interventores, em 15 de setembro de 1905, foi assinado pelo governo estadual o decreto nº 1845 que equiparou a instituição à Escola Normal.

Figura 1. Decreto nº 1845, de 15 de setembro de 1905.



Fonte: Minas Geraes (1905, p. 212).

Como estratégia de publicizar a organização do Colégio Nossa Senhora de Oliveira e enaltecer a instituição, o *Gazeta de Minas* informa que as aulas reabriram no dia 1º de setembro de 1905, para os cursos normal e primário. Para o impresso, a instituição possui um corpo docente composto por pessoas de “toda competencia e honorabilidade”.

Quadro 1. Corpo docente do Colégio Nossa Senhora de Oliveira em 1905.

Disciplinas	Professores
Portuguez	Vigário José Theodoro Brasileiro d. Maria C. Pinheiro Chagas
Francez	Amedé Dalmeriat
Geografia, Cosmografia e Historia	dr. Arthur F. Diniz
Mathematica e Desenho Geometrico	dr. Antonio A. Pinto. Machado
Historia Natural	dr. José Ribeiro da Silva
Physica e Chimica	dr. Olegario Ribeiro
Pedagogia	dr. Carlos Costa
Aula pratica e trabalhos de agulha	d. Luiza de Santa Cecilia
Aula especial para costuras brancas e vestidos	d. Norvinda da Silveira

Fonte: elaborado pelos autores, com base no Jornal Gazeta de Minas (03/09/1905, p. 1).

Os nomes que constituem o corpo docente deste estabelecimento são uma solida garantia do indiscutível aproveitamento moral e intelectual das suas alumnas, sendo idéa firme da diretora, não arranjar fornadas de normalistas, mas verdadeiras mestras que tenham consciencia do seu saber e que honrem sempre a casa onde receberam o diploma (Gazeta de Minas, 03/09/1905, p. 1).

O *Gazeta de Minas* não poupou argumentos e adjetivos para destacar a importância do colégio para a formação de normalistas, destacando os esforços empreendidos pela diretora Manuelita Costa Chagas. Pelo quadro 1, percebemos que a instituição possuía um currículo abrangente no curso normal, dentre as disciplinas, evidencia-se a influência europeia, no que tange ao ensino da língua francesa. Além disso, há um enfoque para a formação de mulheres que dominasse as exigências do lar, como por exemplo, as aulas de costura.

Outro dado importante é com relação ao corpo docente, composto por dez profissionais. Neste grupo, seis eram do sexo masculino. Esse dado revela que mesmo com as prerrogativas da feminização do magistério, em Oliveira – MG, os homens lecionavam no curso normal. Ademais, é importante acrescentar que a disciplina de português era ministrada pelo vigário José Theodoro Brasileiro, demonstrando o vínculo da instituição com o clero³.

No dia 1º de outubro de 1905, às 20h, a sociedade oliveirense esteve em festa, pois nessa data foi comemorada a equiparação do Colégio Nossa Senhora de Oliveira à Escola Normal. Os senhores capitão Álvaro Ribeiro da Silva,

³ O nome do Colégio evidencia a relação com a Igreja Católica.

Arnaldo Ribeiro e Acrycio Diniz entregaram os convites para a população participar desse momento tão sublime para a história da localidade.

Após uma salva de dinamite e foguetes, o “imponente prestito e precedido pela banda” seguiu as ruas do centro: a primeira parada foi para saudar o senador dr. Coelho de Moura, sujeito fundamental para essa conquista; logo após a marcha solene foi para o largo do Rosário, onde estava localizado o edifício do colégio, “[...] cujas elegantes saccadas regorgitavam de exmas. senhoras e gentis senhoritas” (Gazeta de Minas, 08/10/1905, p. 1).

No local, a banda tocou uma peça do repertório. Em seguida, o orador oficial, o Dr. Arthur Ferreira Diniz realizou o seu discurso. Ele pontuou sobre os seguintes aspectos: os benefícios desse acontecimento; apologia ao estudo e do saber extensivo à mulher e elogios à diretora, associando a instituição a um “[...] um apóstolo dedicado e fervoroso da instrução da mulher [...]” (Gazeta de Minas, 08/10/1905, p. 1). Na última parte ele agradeceu ao presidente do estado, secretário do interior, senador Dr. Coelho de Moura, major Irineu Ribeiro da Silva e a diretora do colégio.

Também discursaram os senhores Ferreira de Carvalho, Antônio Fernal (redator do Gazeta de Minas), o major Bicalho Júnior (advogado), Dr. Cícero de Castro, dr. João Pereira da Silva Continentino (juiz de direito). O major Evaristo Chagas (marido da diretora) agradeceu a todos pelas manifestações e que isso animaria sua esposa em prosseguir com a tarefa educativa da instituição. A diretora Manuelita Costa Chagas encontrava-se enferma, o que a impossibilitou de participar da festividade.

Depois, foi servido aos presentes “profuso copo de cerveja”. Após, eles continuaram o trajeto pelas ruas da cidade, aclamando os feitos do governo republicano. Cândido (2007) ressalta que as comemorações cívicas estiveram estreitamente ligadas ao ideário republicano. As festas escolares serviram como estratégia para inculcar na população o ideário político vigente e dar visibilidade às escolas. Por isso, o Colégio Nossa Senhora de Oliveira comemorou publicamente sua equiparação às escolas normais do estado.

Na dinâmica da Escola Normal, a admissão de discentes é um outro aspecto importante. Os exames escolares eram considerados momentos de

envolvimento com a comunidade e demonstravam que a instituição cumpria as exigências legais impostas pelo governo. Em 15 de outubro de 1905, o jornal informou que no dia 12 realizaram os exames de admissão de nove alunas, para o 1º ano.

Em 1906, no transcorrer do mês de janeiro (edições nº 947, 948 e 949), houve um investimento por parte da instituição em informar sobre a abertura do período de matrículas, ação necessária por se tratar de uma instituição particular de ensino. Focaremos no texto publicado no dia 1º de janeiro de 1906, escrito pela diretora Manuelita da Costa Chagas, no qual ela destacou aspectos importantes sobre o educandário:

Além do excelente, saudável e aprazível clima desta cidade, recomendado pelos mais distictos medicos, esta o Collegio de Nossa Senhora de Oliveira situado em vasto predio vantajosa convenientemente arejado, satisfazendo a todas as condições indispensáveis á hygiene (Gazeta de Minas, 01/01/1906, p. 2).

No texto, a diretora utilizou de uma linguagem persuasiva para convencer o ingresso de novas alunas. Primeiro ela focou nas questões relacionadas ao higienismo, devido às inúmeras epidemias que assolaram o país, os prédios escolares deveriam colaborar para a saúde dos seus frequentadores. Segundo a senhora Manuelita, o prédio atendia a todas as exigências de um ambiente saudável, além disso:

este Collegio propõe-se a formar a verdadeira mãe de família, proporcionando à alumna completa educação moral, intelectual, cívica e doméstica, para o que dispõe de um corpo docente e primeira ordem (Chagas, 01/01/1906, p. 2).

Como podemos perceber, a escola não está ileso das dinâmicas sociais vigentes de cada tempo histórico. No excerto, percebemos que o objetivo do colégio é formar a mãe de família, a diretora não opina sobre a relevância em profissionalizar boas professoras, comprometidas com a educação moderna. Decerto, trata-se de uma tática utilizada para atingir todas as famílias, sejam aquelas interessadas pelo curso normal ou não. Aproveitando a oportunidade, a

sra. Manuelita solicitou apoio aos pais para o cumprimento dos regramentos, pois a ordem balizaria a prática da instituição.

Em 1906, o Colégio Nossa Senhora de Oliveira ofertou dois cursos: o colegial e o normal. O colegial era dividido em primário e secundário, compunha o primeiro as seguintes disciplinas: português, caligrafia, geografia, cosmografia, aritmética, doutrina cristã, história da pátria, trabalhos de agulha, crochet, tricot, bordado branco, a seda, costureiras brancas, vestidos e flores de diversas espécies. Além dessas disciplinas, no curso secundário, as alunas tinham aula de francês, italiano, música e piano.

O público atendido pelo colégio era dividido em três categorias: pensionistas, meio pensionistas e externas. Alunas pensionistas permaneciam na instituição durante todo ano letivo, exceto nas férias; as meio pensionistas frequentavam durante os dias de aula e aos finais de semana retornavam para casa; as externas frequentavam as aulas, mas não residiam no colégio. Na notícia, a diretora destacou o valor para cada uma das pensões, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2. Categorias de alunas do Colégio Nossa Senhora de Oliveira.

Pensionistas	
Descrição	Valores
Jóias por uma só vez	30\$000
Pensão por trimestre (curso primário)	130\$000
Pensão por trimestre (curso secundário)	140\$000
Materiais de escripta, por trimestre	6\$000
Inglez, por trimestre	15\$000
Italiano, por trimestre	15\$000
Música e piano, por trimestre	30\$000
O ensino de francez está incluído na pensão do curso secundário.	
Meio Pensionistas	
Descrição	Valores
Pensão por trimestre	30\$000
Materiais de escripta, por trimestre	6\$000
Francez, por trimestre	15\$000
Inglez, por trimestre	15\$000
Italiano, por trimestre	15\$000
Música e piano	30\$000
Externas	
Ensino, por trimestre	30\$000
Materiais de escripta, por trimestre	6\$000
O preço das materias pagas em separado é o mesmo que o das meio-pensionistas.	

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Chagas (1905).

Por ser um colégio de iniciativa privada, o educandário atendia a um perfil diversificado de alunas. Conforme a diretora, os pais com mais de uma filha matriculada teriam um desconto de 10% no valor das pensões e sendo mais de duas, haveria 20% de abatimento. Os trimestres finalizavam nos meses de março, junho, setembro e dezembro e, para qualquer época, admitia-se novas alunas. Cabia às famílias as despesas relacionadas aos livros, músicas e tratamento de saúde (Chagas, 1905).

Ao longo do ano letivo, os exames no colégio eram realizados em duas épocas: a primeira, após o encerramento das aulas e a segunda, para as alunas que não puderam realizá-lo na primeira época ou que foram reprovadas – este acontecia na primeira quinzena de outubro.

As alunas internas, que tivessem o interesse em seguir para o curso normal, deveriam pagar a quantia de 700\$000 (setecentos réis) por ano. Essas teriam direito a roupa lavada e engomada, material de escrita, desenho e todos os livros, entretanto, na ocasião da formatura, esses materiais seriam devolvidos ao colégio. Além dessas observações, a diretora apresentou as seguintes informações:

Os pagamentos serão feitos em 4 prestações por trimestres adiantados.

A joia de 30\$000 é paga de uma só vez ficando isenta d'essa despesa a alumna que já tiver em qualquer tempo frequentado o Collegio.

As alunas externas pagarão por ano 180\$000 em 4 prestações por trimestres adiantados.

As meio-pensionistas pagarão por ano 300\$000.

As que o Collegio fornecer materias de escripta e desenho, pagarão mais por trimestre 9\$000.

Os livros serão por conta dos paes.

Tanto para as internas como para as externas será pago em separado o estudo de música e piano a 30\$000 por trimestre, sendo descontados os 2 mezes de férias.

O pae que matricular no internato 2 filhas terá o abatimento de 10% (Chagas, 01/01/1906, p. 2).

O curso normal durava quatro anos, o ano letivo era composto por 10 meses, compreendido no período de 1º de outubro a 31 de julho do ano subsequente. Chagas (1905) evidenciou o currículo do curso, conforme o quadro a seguir:

abertura da exposição dos trabalhos de agulha produzidos pelas alunas do curso normal, devido à quantidade de produções, foi necessário utilizar dois salões:

Em ambos os salões admiramos bellissimos trabalhos, bem-acabados, perfeitos e de notavel effecio surpreendendo a todos os que os examinaram, tal o capricho e ainda o bom gosto de todas as peças, algumas dignas de figurarem nas exposições do Rio e de outras grandes cidades.

Muitos e muito bem-merecidos elogios receberam a directora e professoras da aula de costura e bordados.

Nós lhes dirigimos daqui os nossos parabéns pelo brilhantismo da exposição de trabalhos, tornando-os extensivos às ilustradas professoras do collegial (Gazeta de Minas, 02/09/1906, p. 1).

O relator demonstrou satisfação ao visitar a exposição dos trabalhos de agulha. Ele vai além, ao sublinhar que as produções são potentes para serem exibidas na capital brasileira, considerada pela elite, o berço cultural do país. Notícias com esse teor são relevantes, pois oportunizaram a sociedade conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição, sobretudo ao valorizar a atuação do corpo docente.

Dado continuidade ao relato dos exames realizados para o 1º ano do curso normal, o impresso evidenciou o acompanhamento do representante do estado na localidade, o revmº. sr. José Alves de Oliveira, certamente ele ocupou a função de inspetor administrativo.

Todos os que assistiram áquellas provas, são unanimes em asservar que neste estabelecimento, que honra a instrucção em Minas, o ensino consciencioso e de reas effeitos é uma verdade, admirando a certeza e conhecimento com que as alumnas respondiam ás perguntas que lhes eram dirigidas, mais parecendo que se prestavam exames finaes na instrucção publica nos tempos em que havia instrucção no Brazil, do que uns simples exames de passagem de 1º anno do curso normal mineiro (Gazeta de Minas, 16/09/1906, p. 1).

Conforme o impresso, mediante um exame exigente, as alunas atenderam ao solicitado: “é facto que a bitola esteve elevada; mas as examinandas respondiam cabalmente e os examinadores iam perguntando até se esgotar a hora” (Gazeta de Minas, 16/09/1906, p. 1). Esse aspecto demonstra o preparo das normalistas ao final do primeiro ano de curso. Na edição de 30 de setembro de 1906 foram publicados os resultados dos exames.

No ano de 1907, as notícias relacionadas ao colégio debruçaram-se em manter o *marketing* da instituição, foram várias edições com essa finalidade. No mês de novembro, ocorreu a abertura dos exames do curso normal. Nesse dia, foram expostos os trabalhos de costura, bordados e cortes, desenho e pintura. Para o redator, o “collegio que com justo titulo gosa, há muito, de todo o credito e máximo conceito” (Gazeta de Minas, 24/11/1907, p. 2).

O Colégio Nossa Senhora de Oliveira era considerado referência para o redator do *Gazeta de Minas*. Em 1º de dezembro de 1907, ele pontuou sobre o comprometimento da escola com a educação da infância, e por esse motivo deveria ser considerado patrimônio estadual. Segundo ele, outros colégios equiparados visavam somente o lucro financeiro.

Na sequência, ele dirigiu adjetivos à diretora Manuelita da Costa Chagas, como “distinta e inteligente educadora”, “competente, cuja vocação natural” e “heroína” – o impresso reconhecia o trabalho desenvolvido por ela. Para o redator, a sra. Manuelita atendeu as prerrogativas da pedagogia moderna, pois organizou o colégio em seus aspectos materiais e intelectuais, as alunas tinham verdadeira adoração por ela. O prédio atendia aos preceitos higienistas, uma vez que “[...] é confortável, espaçoso, claro, arejado, e hygienico [...]” (Gazeta de Minas, 01/12/1907, p. 1).

Depois de argumentar sobre a importância do Colégio, o jornal adverte para o risco de fechamento da escola, devido aos prejuízos tidos pela diretora com a manutenção. Por meio de um trecho apelativo, o relator solicita a comoção dos políticos locais e estaduais para que esse infortúnio não acontecesse.

E o caso para Oliveira inteira e se levantar, amparada eficazmente o seu completo aniquilamento: é o caso do Estado, abrindo uma exceção justissima, dispensar, desde já, a subvenção de dous contos de réis, que lhe são pagos anualmente, vindo patrioticamente concorrer para a estabilidade de um instituto de instrução tão útil, quão proveitoso. Não ser isto sacrifício para o Estado, por quanto, deve haver a maior liberalidade na manutenção de um collegio, que presta serviços relevantíssimos à causa mais santa do mundo, qual seha a da educação do nosso povo, tão empobrecido, tão abandonado de recursos, que lhe facilitem a educação de seus filhos (Gazeta de Minas, 01/12/1907, p. 1).

Esse trecho apresenta um paradoxo com relação à escolarização republicana: no discurso, os governantes enalteciam a importância de um sujeito formado e instruído para atender as demandas do mundo moderno, entretanto, nas cidades mais longínquas, o acesso era restrito e muitas instituições viviam à míngua com os escassos recursos. Diante de um cenário de inseguranças, o redator tem esperança de que o governo do estado, a Câmara Municipal e os oliveirenses se organizariam para manter a instituição funcionando. Certamente isso aconteceu, pois nas demais edições que acessamos não encontramos dados sobre o fechamento do colégio.

5 CONCLUSÃO

Com a Proclamação da República, o Brasil vivenciou várias mudanças em sua organização política. A transição de governo demonstrou insatisfação dos militares com os monárquicos e os republicanos encontraram um terreno propício para sensibilizar a população sobre a modernidade e para isso utilizaram da educação.

Em Oliveira (MG), o Colégio Normal de Nossa Senhora de Oliveira foi equiparado em 1905 à Escola Normal, pelo governo do estado. A instituição colaborou na educação feminina, a partir da oferta dos cursos colegial (primário e secundário) e o curso normal – este focado exclusivamente para a formação de professoras primárias. A instituição foi dirigida pela professora Manuelita da Costa Chagas, educadora à frente do seu tempo, pois fundou um colégio que exerceu uma relevante função social no Oeste de Minas.

Como é perceptível, o jornal *Gazeta de Minas* publicou em suas edições as práticas desenvolvidas no Colégio, na sua maioria expressas na primeira página. Deste modo, a imprensa possibilitou a publicização do modelo de escola republicana para a sociedade oliveirense. Além disso, tornou-se uma importante fonte histórica, que nos possibilitou conhecer o trabalho desenvolvido pelo colégio.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) por financiar a pesquisa de doutorado de um dos autores, o que possibilitou a definição do objeto deste estudo. Agradecemos ao Jornal Gazeta de Minas por disponibilizar digitalmente o acervo histórico das edições publicadas.

REFERÊNCIAS

- ACCÁCIO, L. O. **Formando o Professor Primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro**. Portal Unicamp, Campinas, 2006.
- ARAUJO, B.; RODRIGUES, R. V. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, v. 3, p. 129-141, 2009.
- ARRUDA, M. A. Igreja e normalização de professores em São João del-Rei (Minas Gerais). **História da Educação Online**, Porto Alegre, v. 16, p. 79-99, 2012.
- CÂNDIDO, R. M. Culturas da escola: as festas escolares em São Paulo (1890-1930). In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, nº 30, 2007, Caxambu. Anais. Caxambu, 2007.
- CHAGAS, M. da C. Escola Normal. Collegio de N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XIX, n. 947, p. 2, 01 jan. 1906.
- CURY, C. R. J.; GOMES, E. M. Um sistema escolar republicano em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 19, p. 34-59, 2013.
- FONSECA, L. G. D. **História de Oliveira**. Oliveira: Edição-Centenário, 1961.
- GAZETA DE MINAS. Colégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XIX, n. 930, p. 1, 03 set. 1905.
- GAZETA DE MINAS. Colégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XIX, n. 935, p. 1, 08 out. 1905.
- GAZETA DE MINAS. Colégio N. S. de Oliveira: equiparação às escolas normais. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XIX, n. 924, p. 1, 23 jul. 1905.
- GAZETA DE MINAS. Colégio N. S. de Oliveira: Escola Normal. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XIX, n. 936, p. 1, 15 out. 1905.
- GAZETA DE MINAS. Collégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XX, n. 979, p. 1, 02 set. 1906.
- GAZETA DE MINAS. Collégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XX, n. 981, p. 1, 16 set. 1906.
- GAZETA DE MINAS. Collégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XX, n. 983, p. 2, 30 set. 1906.
- GAZETA DE MINAS. Collégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XXI, n. 1038, p. 2, 30 set. 1906.
- GAZETA DE MINAS. Collégio N. S. de Oliveira. **Gazeta de Minas**, Oliveira, anno XXI, n. 1039, p. 2, 01 dez. 1907.

- GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2019.
- GONÇALVES, N. G. **Constituição histórica da educação no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012
- MAGALHÃES, L. D. R. A Educação na Primeira República. **UESB**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 2, p. 1-36, 2015.
- MARRA, I. M. N; GUILHERME, Marcelo. **A História da Educação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Paco, 2021.
- MELLO, M. T. C. A Modernidade Republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, p. 25-41, 2009.
- MINAS GERAES. Decreto 1845 de 15 de setembro de 1905. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Belo Horizonte, MG: Imprensa oficial, 1905.
- MINAS GERAES. Regulamento nº 100. **Consolidação de leis mineiras**. Ouro Preto, MG: Typographia de Carlos G. Andrade, 1883.
- MINAS GERAIS. Decreto 260 de 1º de dezembro de 1890. **Coleção dos Decretos do Governo Provisorio do Estado de Minas Gerais**. Ouro Preto, MG: Imprensa oficial, 1933.
- MORENO, A.; VAGO, T. M. **Do ensino normal depende a eficiencia do ensino primário: fontes para histórias de Educação Física em Minas Gerais (1890-1940)**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.
- OLIVEIRA, S. M. **O Grupo Escolar em Minas Gerais: análise na legislação da primeira República (1906-1924)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- TRINDADE, S. A.; MENEZES, I. R. A educação na modernidade e a modernização na escola no Brasil: Século XIX e início do século XX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 124-135, dez. 2009.
- WIRTH, Jonh D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.